

idades

para todos

**Demonstrações
Contábeis
2024**

Sumário

Balanco Patrimonial	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas	9
1. Contexto Operacional.....	9
2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.....	9
3. Principais políticas contábeis.....	10
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	15
5. Contas a receber.....	15
6. Ativos de contratos.....	16
7. Tributos a recuperar/compensar.....	17
8. Outras contas a receber.....	18
9. Adiantamentos.....	18
10. Despesas antecipadas.....	18
11. Imobilizado e intangível.....	19
12. Obrigações trabalhistas.....	28
13. Fornecedores.....	29
14. Obrigações tributárias.....	30
15. Arrendamentos a pagar.....	31
16. Dividendos e juros sobre capital próprio.....	32
17. Outras contas a pagar.....	32
18. Provisões para Contingências.....	33
19. Patrimônio líquido.....	33
20. Receita operacional.....	35
21. Custo com pessoal e pró-labore.....	36
22. Custo com depreciação e amortização.....	36
23. Custo com ocupação.....	37
24. Outros custos.....	37
25. Despesa com pessoal e pró-labore.....	38
26. Despesa com serviços de terceiros.....	38
27. Despesa com ocupação.....	38
28. Despesa com gerais.....	39
29. Despesa com depreciação e amortização.....	40
30. Outras receitas e despesas operacionais.....	40
31. Resultado financeiro.....	41
32. Tributos sobre o lucro.....	41
33. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	42
34. Seguros.....	44
35. Informações complementares de interesse público – Lei Federal nº 13.303/2016.....	44
36. Eventos subsequentes.....	45

Relatório da Auditoria Independente	46
Aprovação do Conselho de Administração	47
Parecer do Conselho Fiscal	48

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		22.676.043	17.171.186
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.590.840	11.746.382
Contas a receber	5	1.364.894	2.194.956
Ativos de contratos	6	5.159.814	2.369.989
Tributos a recuperar/compensar	7	1.397.250	710.853
Outras contas a receber	8	1.199	-
Adiantamentos	9	45.183	43.218
Despesas antecipadas	10	116.862	105.789
Não Circulante		713.819	877.044
Imobilizado e intangível	11	713.819	877.044
Total do Ativo		23.389.862	18.048.230
Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		4.774.774	3.888.753
Obrigações trabalhistas	12	1.642.041	1.771.548
Fornecedores	13	88.966	134.673
Obrigações tributárias	14	1.593.380	1.632.557
Arrendamentos a pagar	15	15.359	204.591
Dividendos e juros sobre capital próprio	16	1.409.537	61.868
Outras contas a pagar	17	25.490	83.517
Não Circulante		223.171	107.311
Obrigações tributárias	14	223.171	107.311
Total do Passivo		4.997.945	3.996.064
Patrimônio Líquido	19	18.391.917	14.052.166
Capital social	19	13.795.859	13.795.859
Reserva legal	19	367.446	70.702
Reserva para Investimentos	19	810.645	-
Dividendos adicionais propostos	19	3.417.966	185.605
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		23.389.862	18.048.230

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	20	26.720.366	18.974.625
Custo com pessoal	21	(13.075.689)	(11.674.344)
Custo com pró-labore	21	(1.183.933)	(1.773.372)
Custo com depreciação e amortização	22	(321.634)	(252.423)
Custo com ocupação	23	(190.470)	(177.475)
Outros custos	24	(1.070.341)	(734.091)
Resultado operacional bruto		10.878.300	4.362.920
Despesas com pessoal	25	(2.517.373)	(1.963.366)
Despesas com pró-labore	25	(1.214.257)	(835.129)
Despesas com serviços de terceiros	26	(251.617)	(244.668)
Despesa com ocupação	27	(18.399)	(16.170)
Despesas gerais	28	(282.492)	(131.184)
Despesa com depreciação e amortização	29	(338.286)	(261.915)
Outras receitas/despesas operacionais	30	2.657	(1.373.736)
Resultado operacional antes do financeiro		6.258.533	(463.247)
Receitas financeiras	31	1.184.432	1.183.375
Despesas Financeiras	31	(14.635)	(28.594)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		7.428.330	691.533
IRPJ	32	(1.086.755)	(312.461)
CSLL	32	(406.682)	(118.574)
Resultado líquido do exercício		5.934.893	260.498

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	5.934.893	260.498
Resultado abrangente do exercício	5.934.893	260.498

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social integralizado	Reserva legal	Reserva Investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021	12.700.000	-		-	(2.600.387)	10.099.613
Resultado líquido do exercício					3.753.923	3.753.923
Constituição de reserva legal		57.677			(57.677)	-
Dividendos obrigatórios (na forma de JCP)					(273.965)	(273.965)
Dividendos adicionais propostos				821.894	(821.894)	-
Em 31 de dezembro de 2022	12.700.000	57.677		821.894	0	13.579.571
Resultado líquido do exercício					260.498	260.498
Integralização de capital social	1.095.859				-	1.095.859
Constituição de reserva legal		13.025			(13.025)	-
Dividendos obrigatórios (na forma de JCP)				185.605	(61.868)	123.737
Dividendos adicionais propostos				(821.894)	(185.605)	(1.007.500)
Em 31 de dezembro de 2023	13.795.859	70.702		185.605	0	14.052.166
Resultado líquido do exercício					5.934.893	5.934.893
Integralização de capital social						-
Constituição de reserva legal		296.745			(296.745)	-
Constituição de Reserva para Investimentos			810.645		(810.645)	-
Dividendos obrigatórios					(1.409.537)	(1.409.537)
JCP Propostos				1.030.285	(1.030.285)	-
Dividendos adicionais propostos				2.202.075	(2.387.680)	(185.605)
Em 31 de dezembro de 2024	13.795.859	367.446	810.645	3.417.966	-	18.391.917

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	5.934.893	260.498
Depreciações e amortizações	659.920	514.338
<i>a) Subtotal</i>	<i>6.594.813</i>	<i>774.837</i>
Aumento/Redução - Ativos Circulante e Não circulante		
Contas a receber	830.061	(1.354.932)
Ativos de contratos	(2.789.826)	457.225
Outras contas a receber	(1.199)	-
Tributos a recuperar/compensar	(686.397)	(395.994)
Adiantamentos	(1.965)	4.035
Despesas antecipadas	(11.073)	(32.120)
Aumento/Redução - Passivos Circulante e não circulante		
Obrigações trabalhistas	(129.506)	72.167
Fornecedores	(45.707)	49.065
Obrigações tributárias	76.683	547.686
Outras contas a pagar	(305.500)	(13.247)
<i>b) Subtotal</i>	<i>(3.064.428)</i>	<i>(666.117)</i>
(a+b) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais	3.530.385	108.720
Fluxo de Caixa das atividades de Investimento		
Adições de Imobilizado e Intangível	(502.776)	(376.664)
Baixas de Imobilizado e Intangível	6.080	19.971
c) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades de Investimento	(496.695)	(356.693)
Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento		
Arrendamentos a pagar	8.565	6.633
Amortização de principal - arrendamento	(197.797)	(190.127)
Amortização de encargos financeiros de arrendamento	-	22.435
d) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades de Financiamento	(189.232)	(161.059)
(a+b+c+d) Aumento/Redução do capital circulante líquido	2.844.458	(409.032)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.746.382	12.155.414
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.590.840	11.746.382

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A São Paulo Parcerias S.A. (SP Parcerias ou Companhia), sociedade de economia mista integrante da Administração Indireta do Município de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo (SGM), localizada na Rua Líbero Badaró, nº 293, 25º andar, cj. 25C, Centro Histórico de São Paulo/SP, teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 14.517/2007 e é regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), por seu Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

A atividade precípua da Companhia é estruturar e desenvolver projetos de concessões e parcerias público-privadas, bem como alienar ativos municipais, por meio da prestação de serviços de consultoria e assessoria técnico-especializada, em especial, para a viabilização do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas da Prefeitura de São Paulo. Tais programas contemplam um rol de serviços e ativos que podem ser transferidos à iniciativa privada em prol da desoneração dos cofres públicos e da melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, cujos valores estão apresentados em R\$ (1,00), foram elaboradas para a data base de 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As referidas práticas incluem aquelas previstas na legislação societária brasileira, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas por meio das notas explicativas, e correspondem às mesmas informações utilizadas pela Administração na gestão da SP Parcerias.

Essas demonstrações contábeis, foram disponibilizadas para exame dos Auditores Independentes em 12 de março de 2025 e o Conselho de Administração autorizou a

divulgação.

A preparação das demonstrações contábeis envolve julgamentos, estimativas e a adoção de premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos poderão divergir das estimativas e premissas realizadas.

Ademais, a Administração, na data de elaboração das demonstrações contábeis, tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui os recursos necessários para sua continuidade operacional no futuro próximo.

3. Principais políticas contábeis

A seguir, estão as principais políticas contábeis, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não diferem dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

3.1.1. Ativos financeiros

Os recebíveis, as aplicações financeiras e os ativos de contratos compõem os ativos financeiros da SP Parcerias.

As contas a receber e os ativos de contratos não contém componente de financiamento significativo e são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de sua origem, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São reconhecidas perdas estimadas de créditos com base em experiências anteriores e na análise individual do saldo a receber de cada cliente.

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez e são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. Os recursos são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.1.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a SP Parcerias se torna parte de disposições contratuais. São compostos por fornecedores, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras contas a pagar. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente. Os demais passivos são mensurados pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.2. Ativo imobilizado e ativo intangível

Itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, caso aplicável.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros: prazo correspondente entre a data de aquisição do bem/serviço e a data de término do contrato de locação do imóvel;
- Equipamentos de informática: de 3 a 5 anos;
- Máquinas, aparelhos e equipamentos: 10 anos;
- Móveis e utensílios: 15 anos;
- Direito de uso de ativo: 1 ano, com base no prazo do contrato de locação;
- Direito de uso de imóvel: 5 anos, com base no prazo do contrato de locação;
- Licença de uso de software: 1 ano ou por prazo indefinido, conforme o caso.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável.

As vidas úteis e os valores residuais são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

Ativos arrendados são amortizados pelo período mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis.

Em conformidade com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a SP Parcerias avalia seus ativos imobilizados, individualmente, quando há indícios de sua desvalorização e, anualmente, seus ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso.

Os bens são baixados quando não há expectativa de geração de benefícios econômicos resultantes de seu uso contínuo. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da baixa e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.3. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e se for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A provisão para contingência é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perda, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mediante avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

3.4. Receita de contrato com cliente

Receitas de contratos com clientes são reconhecidas quando o serviço contratado é transferido para o cliente, por um valor que reflita a contraprestação à qual a SP Parcerias espera ter direito em troca desses serviços.

3.4.1. Estruturação de projetos

Os serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para suporte ao desenvolvimento de ações voltadas à estruturação de projetos de concessões e parcerias, bem como alienação de ativos, têm sua receita reconhecida mediante a entrega dos

“produtos” previstos nos termos de referência dos contratos, os quais têm a contraprestação definida por fases e produtos.

3.4.2. Monitoramento

Os serviços monitoramento e avaliação em Centros Educacionais Unificados da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), por meio da aferição do desempenho e qualidade dos serviços, dedicados ao suporte ao desenvolvimento de ações da Secretaria Municipal de Educação (SME), têm sua receita reconhecida mediante a entrega dos relatórios especificados em cada etapa.

3.4.3. Apoio à gestão de contratos e à iniciativa #TodosPeloCentro

A receita da prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada voltadas ao acompanhamento da gestão dos contratos de Concessões e Parcerias dos serviços municipais delegados e ao apoio à iniciativa #TodosPeloCentro é reconhecida ao final de cada mês, considerando que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo. Os preços dos serviços são fixos e mensais.

3.5. Tributos sobre o lucro

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sendo calculada no regime do lucro real anual, segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o excedente de R\$ 240mil, no caso do IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável, no caso da CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

3.5.1. IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são apurados com base no lucro real do exercício, mensurados pelo valor esperado a ser pago. O lucro real difere do lucro contábil porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.5.2. IRPJ e CSLL diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias baseadas no lucro diferido do período.

De acordo com o art. 480 do Decreto Federal nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda), a Companhia difere a tributação do lucro relativo aos contratos de longo prazo até sua realização, mediante:

- a exclusão da parcela do lucro auferido, proporcional às receitas consideradas no resultado e não recebidas até a data do encerramento do período; e
- a inclusão da parcela do lucro, proporcional às receitas consideradas no resultado de períodos anteriores e recebidas no período corrente.

3.6. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e apresentada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7. Demonstração do resultado abrangente

Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não são derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

3.8. Distribuição de lucros

O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu art. 11 que os dividendos serão distribuídos de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos aprovada pelo Conselho de Administração. A Política, aprovada na 131ª Reunião do Conselho de Administração, por sua vez, prevê que o dividendo mínimo obrigatório será distribuído no importe de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em conformidade com a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos obrigatórios são reconhecidos como passivo no

balanço patrimonial. Já os dividendos adicionais, parcela excedente aos dividendos obrigatórios, são mantidos no patrimônio líquido, em conta específica (“dividendos adicionais propostos”), uma vez que sua distribuição está condicionada à aprovação pelos acionistas.

De acordo com o item 7.8 da referida Política de Distribuição de Dividendos, os dividendos (obrigatórios ou adicionais) serão pagos sob a forma de Juros sobre Capital Próprio em razão do benefício tributário oriundo da dedução dos valores para efeitos da apuração do lucro real.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica é composta exclusivamente por aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Referem-se a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil, lastreadas em Títulos do Governo Federal, com o objetivo de atender a Prefeitura Municipal de São Paulo, e são mantidas para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

A rentabilidade é proporcionada de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, concentrando as aplicações em ativos e operações de renda fixa (exclusivamente com Títulos Públicos Federais e/ou operações compromissadas lastreadas por esses títulos). A rentabilidade, em 2024, foi de 10,59% e, em 2023, de 12,73%

5. Contas a receber

Um recebível é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber a contraprestação, ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento seja realizado pelo cliente.

O montante de R\$ 1.364.894, é composto por valores a receber dos seguintes clientes:

	31/12/2024	31/12/2023
Secretaria de Governo Municipal	2.693.604	1.909.394
Secretaria Municipal da Educação	34.336	-
Prefeitura de Porto Alegre	-	1.406.661
Casa Civil	-	241.947
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.363.045)	(1.363.045)
Total	1.364.894	2.194.956

No exercício de 2023, a SP Parcerias constituiu provisão para perdas estimadas no montante de R\$ 1.363.045, tendo em vista que há títulos vencidos há mais de 365 dias. Destaca-se que os referidos títulos foram reconhecidos como despesa de exercício anterior (DEA) pela Secretaria de Governo Municipal, nos termos do Decreto Municipal 57.630/2020 (Publicado no Diário Oficial da Cidade, 20/09/2023, pág. 242). Para efeito fiscal, essa despesa não é dedutível da base de cálculo do lucro real.

6. Ativos de contratos

A SP Parcerias reconhece um ativo de contrato no momento da transferência do serviço ao cliente para representar o direito de receber a contraprestação após a emissão dos atestes pelo fiscal e gestor dos contratos.

	31/12/2024	31/12/2023
Secretaria de Governo Municipal	1.290.469	1.051.112
Secretaria Municipal da Educação	1.619.546	179.431
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.408.445	897.499
Casa Civil	483.893	241.947
Separ - RS	290.389	-
Joinville	67.073	-
Total	5.159.814	2.369.989

No momento do faturamento, o valor do ativo de contrato é reclassificado para contas a receber.

O histórico dos clientes e as condições contratuais não geraram expectativa de perdas e não há componente de financiamento significativo nos contratos.

7. Tributos a recuperar/compensar

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar/compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipação de impostos e contribuições e/ou retenções de clientes, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente.

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre aplicação financeira	248.797	116.506
IRRF a recuperar	287.277	490.875
IRPJ recolhido por estimativa	112.761	78.809
CSLL recolhido por estimativa	34.454	17.461
IRPJ recuperar de Exercícios Anteriores	686.189	-
CSLL recuperar de Exercícios Anteriores	17.461	-
PIS a recuperar	17	-
Cofins a recuperar	79	-
INSS a recuperar	3.012	-
ISS a recuperar	7.202	7.202
Total	1.397.250	710.853

8. Outras contas a receber

Valores a receber referente cobrança de penalidades por inexecução de contrato e descumprimento de obrigações contratuais.

9. Adiantamentos

A rubrica é composta substancialmente pelo pagamento antecipado de férias gozadas em janeiro/2025 (R\$ 21.483), conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e por adiantamentos a fornecedores (R\$ 23.700).

10. Despesas antecipadas

São valores relativos às despesas de condomínio (R\$ 11.377) e vale-refeição (R\$ 78.850) de janeiro/2024, cujos faturamentos ocorrem no mês imediatamente anterior à realização da despesa, prêmios de seguros a apropriar (R\$ 25.797) e assinaturas de jornais e revistas (R\$ 838).

11. Imobilizado e intangível

Composição dos Saldos	31/12/2023			31/12/2024	
	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Perda por redução ao valor recuperável	Valor Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	121.938	374.251	(354.247)	-	20.004
Equipamentos de informática	255.601	649.508	(304.533)	-	344.975
Máquinas, aparelhos e equipamentos	14.495	24.066	(9.733)	(1.756)	12.577
Móveis e utensílios	82.762	247.606	(137.462)	-	110.144
Direito de uso de ativo	1.714	-	(0)	-	(0)
Direito de uso de imóvel	160.158	777.600	(777.599)	-	0
Licença de uso de software	240.376	308.303	(82.184)	-	226.118
Total	877.044	2.381.333	(1.665.759)	(1.756)	713.819

Composição dos Saldos	31/12/2022			31/12/2023	
	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Perda por redução ao valor recuperável	Valor Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	192.417	341.002	(219.064)	-	121.938
Equipamentos de informática	292.761	424.213	(168.612)	-	255.601
Máquinas, aparelhos e equipamentos	8.843	23.906	(6.271)	(3.140)	14.495
Móveis e utensílios	95.384	212.413	(91.544)	(38.108)	82.762
Direito de uso de ativo	3.726	5.542	(3.828)	-	1.714
Direito de uso de imóvel	308.475	777.600	(617.442)	-	160.158
Licença de uso de software	133.083	288.674	(48.297)	-	240.376
Total	1.034.689	2.073.350	(1.155.058)	(41.248)	877.044

Movimentação do Custo	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	341.002	33.249	-	374.251
Equipamentos de informática	424.213	229.185	(3.890)	649.508
Máquinas, aparelhos e equipamentos	23.906	2.250	(2.090)	24.066
Móveis e utensílios	212.413	36.600	(1.408)	247.606
Direito de uso de ativo	5.542	-	(5.542)	-
Direito de uso de imóvel	777.600	-	-	777.600
Licença de uso de software	288.674	201.491	(181.862)	308.303
Total	2.073.350	502.776	(194.792)	2.381.333

Movimentação do Custo	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	293.195	47.807	-	341.002
Equipamentos de informática	350.484	73.728	-	424.213
Máquinas, aparelhos e equipamentos	16.663	7.322	(79)	23.906
Móveis e utensílios	276.320	3.217	(67.124)	212.413
Direito de uso de ativo	5.322	220	-	5.542
Direito de uso de imóvel	771.187	6.413	-	777.600
Licença de uso de software	159.239	237.956	(108.521)	288.674
Total	1.872.410	376.664	(175.725)	2.073.350

Movimentação da depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(219.064)	(135.182)	-	(354.247)
Equipamentos de informática	(168.612)	(139.771)	3.850	(304.533)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(6.271)	(3.462)	-	(9.733)
Móveis e utensílios	(91.544)	(47.136)	1.218	(137.462)
Direito de uso de ativo	(3.828)	(1.714)	5.542	(0)
Direito de uso de imóvel	(617.442)	(160.157)	-	(777.599)
Licença de uso de software	(48.297)	(211.989)	178.102	(82.184)
Total	(1.155.058)	(699.412)	188.712	(1.665.759)

Movimentação da depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(100.778)	(118.287)	-	(219.064)
Equipamentos de informática	(57.723)	(110.889)	-	(168.612)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(4.680)	(1.633)	43	(6.271)
Móveis e utensílios	(111.168)	(8.393)	28.017	(91.544)
Direito de uso de ativo	(1.597)	(2.231)	-	(3.828)
Direito de uso de imóvel	(462.712)	(154.731)	-	(617.442)
Licença de uso de software	(26.156)	(118.175)	96.034	(48.297)
Total	(764.813)	(514.338)	124.093	(1.155.058)

Movimentação da perda por redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(3.140)	-	1.384	(1.756)
Móveis e utensílios	(38.108)	-	38.108	-
Direito de uso de ativo	-	-	-	-
Direito de uso de imóvel	-	-	-	-
Licença de uso de software	-	-	-	-
Total	(41.248)	-	39.492	(1.756)

Movimentação da perda por redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(3.140)	-	-	(3.140)
Móveis e utensílios	(69.768)	-	31.660	(38.108)
Direito de uso de ativo	-	-	-	-
Direito de uso de imóvel	-	-	-	-
Licença de uso de software	-	-	-	-
Total	(72.908)	-	31.660	(41.248)

11.1. Ativos de Direito de Uso – Arrendamentos

No início de um contrato, a SP Parcerias avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo por um período em troca de contraprestação. Caso identifique-se o arrendamento, são reconhecidos passivos de arrendamento, que são baixados pelo efetivo pagamento da contraprestação, e ativos de direito de uso.

As rubricas “direito de uso de ativo” e “direito de uso de imóvel” estão relacionadas aos contratos de locação de impressoras e locação do imóvel utilizado como sede da Companhia, respectivamente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventual remensuração dos passivos de arrendamento, como por exemplo, reajustes contratuais.

São depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e sua vida útil estimada.

11.2. Estudo de vida útil

Após a realização do inventário de bens, quando foram obtidos dados acerca da localização física, estado de conservação e expectativa de uso, a Companhia elaborou estudo de vida útil, no qual, para identificação de possíveis ajustes nas vidas úteis dos bens, foram analisadas a influência do regime de trabalho e o tipo de manutenção. Não foram identificados ativos com vida útil a ser ajustada.

11.3. Avaliação do valor recuperável de ativos

Observando o disposto no parágrafo 3º, art. 183 da Lei Federal nº 6.404/1976 e a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos que possam indicar desvalorização ou perda do seu valor recuperável.

Em conformidade com o item 8 da referida NBC TG, a SP Parcerias não realizou o teste de *impairment* dos itens do seu imobilizado por não haver indícios de desvalorização.

Quanto aos itens do intangível, aplicou o teste de recuperabilidade às licenças de uso de software com vidas úteis indeterminadas, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado para estimativa do valor em uso, em consonância com o item 10 da NBC TG 01.

A definição do valor em uso envolve a utilização de premissas e julgamentos sobre os fluxos de caixa futuros, os quais representam a melhor estimativa da Companhia, consignadas no Compromisso de Desempenho Institucional (CDI).

Baseando-se no teste realizado, não foram identificadas perdas, considerando que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil ao final de 2024.

12. Obrigações trabalhistas

O aumento no valor das obrigações trabalhistas está diretamente relacionado ao crescimento do quadro de colaboradores, condição necessária ao atendimento de novos contratos firmados com clientes.

A provisão para férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data do encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais.

	31/12/2024	31/12/2023
Férias	945.336	946.511
INSS sobre férias a pagar	249.088	249.602
INSS sobre remuneração de cedidos	11.588	7.688
FGTS sobre férias	74.355	75.721
INSS sobre folha a recolher	276.859	306.179
Recesso de diretores	0	99.400
FGTS a recolher	84.816	86.447
Total	1.642.041	1.771.548

13. Fornecedores

O saldo de fornecedores, registrado no valor de R\$ 88.966, é composto pelos valores em aberto relativo às aquisições de produtos e serviços, pagos, normalmente, em até 30 dias e sobre as quais não incidem juros.

Valores não liquidados no prazo de 30 dias estão relacionados ao registro de pendência no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, conforme previsto no art. 3º da Lei Municipal nº 14.094/2005.

A Administração acredita que o valor contábil registrado na conta de fornecedores não difere do seu valor justo.

O referido saldo está detalhado abaixo:

	31/12/2024
Pisontec Com. e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda	19.979
Xerografia Informática Ltda	17.602
San Raphael Hotéis Sa	10.000
Rf16 Serviços Integrados Eireli	9.554
Pk9 Tecnologia e Serviços Ltda	6.691
Central Comunicações Ltda	5.895
Associação dos Taxistas Prime	4.962
Lh Telecomunicações Ltda	3.821
Bizneo Solutions Do Brasil Ltda	2.708
Galena Educação Ltda	1.937
Sacho - Auditores Independentes	1.695
Artcool Ar-Condicionado Ltda	1.380
Green Coffee Solutions Com e Locação de Máquinas para Café Expresso Ltda	1.289
Soft Service Cursos E Sistemas Ltda	460
Engemed Saude Ocupacional Eireli	367
Autoclip – Serv. de Pesquisa e Des Tecn. da Informação Ltda	299
Importinvest Importação E Comercio Ltda	211
CLS Extintores e Eng. de Combate a Incêndio	116
Total	88.966

14. Obrigações tributárias

a. Circulante

A variação está relacionada ao curso normal das atividades da Companhia e os tributos são quitados no prazo exigível pelo fisco.

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS diferida (a)	599.469	450.527
PIS diferido (a)	130.148	97.812
IRRF sobre folha de pagamento	247.627	262.581
COFINS	245.864	372.628
ISS diferido (b)	257.990	118.499
ISS	56.916	247.940
PIS	53.103	80.713
CSRF sobre serviços tomados	1.067	725
INSS sobre serviços tomados	905	889
IRRF sobre serviços tomados	126	81
ISS sobre serviços tomados	165	162
Total	1.593.380	1.632.557

- a) Conforme o art. 7º da Lei Federal nº 9.718/1998, o pagamento das contribuições de PIS e COFINS sobre serviços prestados à pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias poderá ser diferido até a data do recebimento. Dessa forma, a SP Parcerias difere os referidos tributos por ocasião do reconhecimento do ativo de contrato e os reclassifica como tributos a recolher no momento do efetivo recebimento da contraprestação.
- b) Por sua vez, o ISS é diferido no reconhecimento do ativo de contrato até a data da emissão da nota fiscal, quando há a reclassificação como ISS a recolher.



Movimentação da depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(100.778)	(118.287)
Equipamentos de informática	(57.723)	(110.889)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(4.680)	(1.633)
Móveis e utensílios	(111.168)	(8.393)
Direito de uso de ativo	(1.597)	(2.231)
Direito de uso de imóvel	(462.712)	(154.731)
Licença de uso de software	(26.156)	(118.175)
Total	(764.813)	(514.338)

16. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estabelecido no estatuto social da SP Parcerias, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo dos dividendos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2024
Lucro do exercício	5.934.893
(-) Reserva legal	(296.745)
Lucro ajustado	5.638.148
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.409.537

Dividendos pagos no exercício	31/12/2024
Dividendos mínimos obrigatórios apurados em 2023	61.868
Dividendos adicionais aprovados na AGOE de 30/04/2024	185.605
Dividendos pagos em 2024	247.473

17. Outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Garantias contratuais (a)	14.963	69.631
Cartão de pagamento	-	-
Condomínio	5.664	5.664
Energia elétrica	4.864	7.916
Seguros	-	306
Total	25.490	83.517

a) Garantias contratuais

A rubrica é composta por valores correspondentes ao importe de 5% do valor de contratos firmados com fornecedores, nos termos do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016, cujo objetivo é assegurar indenização por eventuais prejuízos causados pelas empresas contratadas.

Os valores recebidos a título de garantia contratual são atualizados mensalmente sob a taxa de remuneração da poupança e são restituídos às contratadas após o encerramento do vínculo, conforme previsto no § 4º do art. 70 da lei supracitada.

18. Provisões para Contingências

Em 2024 não foram constituídas provisões para contingências jurídicas, uma vez que, de acordo com os nossos assessores jurídicos, a companhia não possui processos em andamento classificados com probabilidade de perda provável.

Adicionalmente, a companhia é parte em um processo trabalhista em andamento, que, de acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível, conforme a representação apresentada abaixo:

Possíveis	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (*)	-	80.497
Trabalhistas	582.637	-
	<u>582.637</u>	<u>80.497</u>

(*) O processo possível classificado como cível em 31/12/2023 advém de um mandado de segurança impetrado por um licitante, questionando o resultado de uma licitação, em 07/02/2024 o próprio reclamante oficializou sua desistência da ação, que foi extinta em 14/02/2024.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito no valor de R\$ 20.000.000 está representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que 19.999.999 destas pertencem à

Prefeitura Municipal de São Paulo. Até o ano de 2022, o acionista havia integralizado R\$ 12.700.000 do montante de capital subscrito.

No ano de 2023, após a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas, o montante de dividendos obrigatórios e adicionais (R\$ 1.095.859 – NE nº 15), foi revertido para integralização do capital social. Portanto, restam R\$ 6.204.141 do capital subscrito a integralizar pelo acionista majoritário.

b. Reserva legal

Conforme disposto no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, antes de qualquer outra destinação, a Companhia aplicou 5% do lucro na constituição da reserva legal (R\$ 296.745), com o fim de assegurar a integridade do capital social. Nos termos legais, a reserva poderá ser utilizada somente para o aumento do capital ou eventual compensação de prejuízos, e não excederá a 20% do capital social.

c. Reserva para Investimentos

Conforme o art. 196 da Lei das Sociedades Anônimas, a administração poderá propor, em Assembleia Geral de Acionistas, que o saldo do lucro líquido do exercício, após a distribuição de dividendos obrigatórios, seja destinado para o pagamento de dividendos adicionais e/ou a constituição de reserva de lucros. Nesse sentido, a administração entendeu ser necessária a destinação de parte do lucro para uma reserva para investimento futuro no montante de R\$ 810.645.

d. Dividendos adicionais propostos

Considerando que todo o lucro deve ser destinado, foram propostos dividendos adicionais, no valor de R\$ 3.417.966. Por estarem sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro.

	31/12/2024
Lucro do exercício	5.934.893
(-) Reserva legal	(296.745)
Lucro ajustado	5.638.148
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.409.537)
(-) Reserva para Investimentos	(810.645)
(-) Dividendos adicionais propostos	(3.417.966)
Saldo	-

De acordo com o item 7.8 da Política de Distribuição de Dividendos, os dividendos (obrigatórios ou adicionais) serão pagos sob a forma de Juros sobre Capital Próprio em razão do benefício tributário pela dedução dos valores para efeitos de apuração do lucro real, limitada ao cálculo dos juros com base na TJLP, *pro rata die*, aplicado sobre as rubricas do Patrimônio Líquido indicadas no Decreto Federal nº 9.580/2018.

O benefício tributário relativo à redução do IRPJ e da CSLL foi de R\$ 245.207,96.

20. Receita operacional

Receita Operacional Bruta	31/12/2024	31/12/2023
Secretaria de Governo Municipal (a)	18.750.550	14.805.962
Secretaria Municipal da Educação (a)	5.706.358	1.048.622
Casa Civil (a)	2.903.361	2.903.361
Secretaria Municipal de Saúde (a)	-	363.528
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.555.518	2.897.472
Governo do Rio Grande do Sul	2.286.813	108.896
Prefeitura de Joinville	67.073	-
Total	31.269.673	22.127.841

- a) Cerca de 87% (86% em 2023) da receita da SP Parcerias foi gerada de transações com partes relacionadas, realizadas em condições estritamente comutativas e se referem à prestação de serviços inerentes ao seu objeto social. Ressalta-se que a Companhia pratica a mesma política de preços em todos os seus contratos.

Receita Operacional Líquida	31/12/2024	31/12/2023
Receita com prestação de serviços	31.269.673	22.127.841
Cancelamento de Serviços	(108.896)	-
(-) PIS	(514.153)	(365.109)
(-) COFINS	(2.368.220)	(1.681.716)
(-) ISS	(1.558.038)	(1.106.391)
Receita operacional líquida	26.720.366	18.974.625

21. Custo com pessoal e pró-labore

A rubrica é composta pelos valores de remuneração, benefícios e encargos relativos ao pessoal alocado para a prestação de serviços, atividade-fim da Companhia. Sua variação está relacionada à estruturação de equipes para atendimento de novos contratos firmados com clientes.

22. Custo com depreciação e amortização

	31/12/2024	31/12/2023
Amortização de licença de direito de uso de imóvel	80.079	77.365
Amortização de licença de direito de uso de softwares	167.734	112.877
Depreciação de equipamentos de informática	72.362	60.912
Depreciação de máquinas, aparelhos e equipamentos	768	323
Amortização de licença de direito de uso de ativo	691	946
Total	321.634	252.423

23. Custo com ocupação

	31/12/2024	31/12/2023
Dedetização	353	998
Conservação e reparos	2.400	3.877
IPTU	6.992	6.690
Copeiragem	36.804	27.090
Energia elétrica	50.006	44.739
Limpeza	39.404	32.962
Condomínio	54.511	61.119
Total	190.470	177.475

24. Outros custos

	31/12/2024	31/12/2023
Locação de computadores	279.289	245.685
Diárias de viagens e passagens	103.783	250.537
Locação office 365	192	59.484
Tecnologia da informação	-	28.675
Custos sobre importação	11.344	-
Locação software de imóveis	-	20.000
Avaliação de imóveis	509.183	-
Transporte de pessoal	43.695	28.647
Internet	6.594	19.928
Manutenção de ar-condicionado	12.870	12.420
Treinamento e capacitação	99.569	64.362
Impressões	3.103	3.137
Uniformes	-	498
Apropriação de assinaturas de revistas	718	718
Total	1.070.341	734.091

25. Despesa com pessoal e pró-labore

Referem-se aos gastos com pessoal alocado na execução das atividades da Área de Gestão e Estratégia.

26. Despesa com serviços de terceiros

	31/12/2024	31/12/2023
Suporte técnico ao ERP	84.691	77.925
Locação de computadores	97.549	71.292
Auditoria Independente	20.183	20.595
Locação office 365	-	17.188
Tecnologia da informação	1.840	9.486
Limpeza	13.135	14.983
Auditoria interna	5.400	4.800
PMCSO/PGR	5.433	4.420
Copeiragem	12.268	9.030
Auditoria ISO 37001	4.088	7.813
Leitura e recorte de jornais	3.719	2.537
Impressões	1.034	1.465
Serviços diversos	2.277	3.135
Total	251.617	244.668

27. Despesa com ocupação

	31/12/2024	31/12/2023
Manutenção e reparos	763	392
Condomínio	7.787	8.731
Energia elétrica	7.790	5.759
IPTU	999	956
Dedetização	1.060	333
Total	18.399	16.170

28. Despesa com gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros	47.078	39.853
Eventos	43.166	14.769
Locação máquina de café	13.419	13.500
Internet	48.269	6.643
Plataforma RH	36.996	-
Taxas diversas	11.286	5.904
PABX	2.450	5.880
Transporte de pessoal	6.012	5.715
Viagens	11.270	5.389
Materiais de escritório	8.229	5.193
Bens de natureza permanente	5.648	5.187
Coffee Break	5.250	4.693
Treinamento de pessoal	19.370	4.218
Manutenção de ar-condicionado	5.490	4.140
Materiais de uso e consumo	5.446	3.269
Serviços de gráficas	625	2.721
Publicações legais	960	1.314
Assinaturas eletrônicas	1.079	1.079
Certificados digitais	3.127	954
Hospedagem de site	4.796	300
Multas contratuais	-	242
Correios	831	162
Cartório	1.472	61
Despesas diversas	224	-
Total	282.492	131.184

29. Despesa com depreciação e amortização

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação de benfeitorias	135.182	118.287
Amortização de direito de uso de imóvel	80.079	77.365
Depreciação de equipamentos de informática	67.409	49.977
Depreciação de móveis e utensílios	9.028	8.393
Amortização de direito de uso de software	44.255	5.299
Depreciação de máquinas, aparelhos e equipamentos	1.310	1.310
Amortização de direito de uso de impressoras	1.023	1.286
Total	338.286	261.915

30. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Multas contratuais (a)	1.199	43.750
Recuperação de despesas	5.688	-
Doações - incentivos fiscais (b)	(4.000)	(4.000)
Perdas na baixa de ativo imobilizado	(230)	(7.484)
Perdas na baixa de ativo intangível	-	(12.488)
(-) PECLD (c)	-	(1.393.514)
Total	2.657	(1.373.736)

- a) Refere-se a penalidades aplicadas a fornecedores que, de alguma forma, deixaram de cumprir com as obrigações contratuais.
- b) Doações realizadas ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FUMCAD e Fundo Municipal do Idoso a título de incentivo fiscal, no importe de R\$ 2.000,00 cada, conforme previsto nas Leis Federais nº 12.594/12 e nº 12.213/2010 e no Decreto Municipal nº 59.098/2019.
- c) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a SP Parcerias constituiu perdas estimadas no montante de R\$ 1.363.045, para títulos vencidos a mais de 365 dias. Por

se tratar de receita reconhecida no exercício de 2022, os valores estão classificados na rubrica de outras despesas e não em conta redutora da receita do exercício corrente.

31. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras (a)	1.184.432	1.183.375
Despesas financeiras (b)	(14.635)	(28.594)
Total	1.169.797	1.154.780

- a) A rubrica é composta, pelo rendimento líquido de aplicações financeiras (R\$ 1.182.871) e juros e descontos recebidos (R\$ 2.392).
- b) As despesas financeiras são compostas, substancialmente, pela apropriação dos encargos financeiros dos passivos de arrendamento (R\$ 8.554) e pela correção monetária das garantias contratuais recebidas (R\$ 3.772, mencionadas na nota explicativa nº 16).

32. Tributos sobre o lucro

	31/12/2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	7.428.330
Adições do período (a)	256.420
Exclusões do período (b)	(1.229.487)
Compensação de prejuízo fiscal	(1.936.579)
Total da base de cálculo	4.518.684
IRPJ (15%)	677.803
Base de cálculo do adicional de IRPJ	4.278.684
Adicional de IRPJ (10%)	427.868
IRPJ total	1.105.671

PAT	(14.916)
Incentivo fiscal (doações)	(4.000)
IRPJ (c)	1.086.755
CSLL (c)	406.682

Do valor total de tributos sobre o lucro, R\$ 120.485 referem-se aos tributos diferidos, conforme detalhado a seguir:

	31/12/2024
Lucro diferido do exercício	717.174
Compensação de prejuízo fiscal	(215.152)
Total da base de cálculo	502.022
IRPJ diferido (15%)	75.303
CSLL diferida	45.182

33. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir com obrigações previstas em um contrato ou instrumento financeiro, o que culminaria no reconhecimento

de perdas. A SP Parcerias está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo contas a receber e ativos de contratos, bem como caixa e equivalentes de caixa.

Os recebíveis e ativos de contratos são monitorados regularmente e a análise de redução ao valor recuperável é realizada ao final de cada período de reporte, quando, então, são constituídas perdas estimadas, se necessário.

Quanto ao caixa e equivalentes de caixa, a Companhia participa de operações que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, reconhecidas nas demonstrações contábeis e que se destinam a atender suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos.

A SP Parcerias limita a exposição a riscos de crédito associados a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha e com remuneração em títulos de renda fixa e de curto prazo.

b. Risco de liquidez

É representado pela possibilidade de não possuir ativos financeiros suficientes para cumprir com as obrigações nas suas respectivas datas de vencimento. A fim de minimizar tal risco, a Administração preza pela eficiência na aplicação de recursos e manutenção de disponibilidades robustas que possam garantir a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações de curto prazo.

c. Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado, principalmente, à possíveis mudanças no cenário político-econômico, que podem impactar diretamente a área de concessões e parcerias público-privadas.

O objetivo da Companhia é gerenciar e controlar a exposição aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis com o negócio.

d. Risco operacional

São os riscos diretos e indiretos decorrentes de diversas causas associadas aos processos e atividades da Companhia.

A Administração, auxiliada pela Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, empenha-se continuamente na efetiva aplicação e otimização dos controles internos, bem como na sua significativa ampliação e fortalecimento, melhorias dos fluxos procedimentais, padronização dos documentos, organização e controle de registros e definição clara de atribuições e responsabilidades.

Entre as diversas e constantes atividades, cita-se a realização da auditoria interna do gap analysis e da auditoria do Sistema de Gestão Antissuborno da Companhia e que resultaram na recertificação da ABNT NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno.

34. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

35. Informações complementares de interesse público – Lei Federal nº 13.303/2016

O interesse público que justificou a criação da SP Parcerias se evidencia na própria natureza do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, os quais reúnem o conjunto dos projetos de parcerias com a iniciativa privada, cujas viabilizações são expressas no objeto social da Companhia, entre outras. Assim, em atendimento às exigências de divulgação de dados operacionais e financeiros das operações relacionadas ao objeto social e à consecução dos fins de interesse público, verifica-se que foram firmados contratos que geraram receita operacional líquida de R\$ 26.720.366 e custos de serviços prestados de R\$ 15.842.066.

36. Eventos subsequentes

Em cumprimento ao disposto na NBC TG 24 (R2), a administração da SÃO PAULO PARCERIAS S.A. destaca que os saldos contábeis, apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, não sofreram qualquer modificação proveniente de eventos subsequentes, até 12 de março de 2025.

*Andrea Ferreira Dos
Santos Soares*

Andréa Ferreira dos Santos Soares

Assessora de Diretoria

CRC SP-254471/O-0

Kim Ferreira De Souza

Kim Ferreira de Souza

Diretor de Gestão e Estratégia

SÃO PAULO PARCERIAS S/A
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

Nº 075/2025

AB: 31/12/2024

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs,
Acionistas, Administradores e Conselheiros da
SÃO PAULO PARCERIAS S/A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a São Paulo Parcerias S/A, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 17 de março de 2025.

SACHO AUDITORES Assinado de forma digital por
SACHO AUDITORES
INDEPENDENTES:74 INDEPENDENTES:7400671900017
006719000176 6
Dados: 2025.03.17 11:24:09 -03'00'

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8
CNAI-PJ-000155

SACHO AUDITORES Assinado de forma digital por
SACHO AUDITORES
INDEPENDENTES:7 INDEPENDENTES:7400671900
0176
4006719000176 Dados: 2025.03.17 11:24:27
-03'00'

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

Aprovação do Conselho de Administração

Observados os termos do art. 142, V da Lei federal nº 6.404/1976, o Conselho examinou o Relatório Anual Integrado da Administração, o qual demonstra as informações mais relevantes e os principais destaques do ano de 2024, bem como as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas pela Sacho – Auditores Independentes em 17 de março de 2025. O Colegiado aprovou por unanimidade a matéria, solicitando a submissão ao Conselho Fiscal para emissão de parecer consoante determinação do art. 163, II e VII da Lei Federal nº 6.404/1976 e, posteriormente, à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.



Edsom Ortega Marques

Conselheiro

Guilherme Bueno De Camargo

Guilherme Bueno de Camargo

Conselheiro

Gustavo Garcia Pires

Gustavo Garcia Pires

Conselheiro

Juan Quiros

Juan Manuel Quiros Sadir

Conselheiro

Paulo Jose Galli

Paulo José Galli

Conselheiro



Roger Willians da Fonseca

Conselheiro

Edson Aparecido Dos Santos

Edson Aparecido dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO PARCERIAS S.A, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, declaram que procederam ao exame do Relatório Anual Integrado da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas pela Sacho – Auditores Independentes em 17 de março de 2025, e que são de PARECER FAVORÁVEL, consignando-se que os documentos apresentados representam a efetiva situação econômico-financeira da São Paulo Parcerias S.A., em 31/12/2024 e, que reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação na Assembleia Geral Ordinária.


Claudia Bice Romano
Conselheira

André Tomiatto De Oliveira
André Tomiatto de Oliveira
Conselheiro

Thiago Demétrio Souza
Thiago Demétrio Souza
Presidente do Conselho Fiscal

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 17 Março 2025, 11:51:05

Status: Assinado

Documento: 2024 - Demonstrações Contábeis - Publicação.Pdf

Número: 6192b28d-d2f7-4022-b320-34c3f682b284

Data da criação: 17 Março 2025, 10:32:26

Hash do documento original (SHA256): 5a1ac9845959235d588adc16c543853e32eb1a3818836aa0c9abf659195deebd



Assinaturas

2 de 2 Assinaturas

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>ANDREA FERREIRA DOS SANTOS SOARES</p> <p>Data e hora da assinatura: 17 Março 2025, 10:34:45 Token: b229ec7d-475c-4438-a151-a4da6d4b5145</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Andrea Ferreira Dos Santos Soares</i></p> <p>Andrea Ferreira dos Santos Soares</p>
<p>Pontos de autenticação:</p> <p>Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 177.96.144.97 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/134.0.0.0 Safari/537.36 Edg/134.0.0.0</p>

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>KIM FERREIRA DE SOUZA</p> <p>Data e hora da assinatura: 17 Março 2025, 11:51:04 Token: 24b9907a-8279-40e2-a142-53c9022a183f</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Kim Ferreira De Souza</i></p> <p>Kim Ferreira de Souza</p>
<p>Pontos de autenticação:</p> <p>Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 186.224.206.194 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/134.0.0.0 Safari/537.36 Edg/134.0.0.0</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 6192b28d-d2f7-4022-b320-34c3f682b284, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 09 Abril 2025, 18:37:49

Status: Assinado

Documento: Balanço Anual 2024.Pdf

Número: 86061c52-5236-4a52-aa51-5c19e9aef9bf




Data da criação: 04 Abril 2025, 16:41:14

Hash do documento original (SHA256): ca34fbd39fefde68b8c423285f8b85a10e52772f847dbbdf8bc9bbd5d9f4e096



Assinaturas

10 de 10 Assinaturas

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>PAULO JOSE GALLI</p> <p>Data e hora da assinatura: 06 Abril 2025, 09:03:57 Token: 642bf8dd-2b44-4f53-8331-720cd3799e21</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Paulo Jose Galli</i></p> <p>PAULO JOSE GALLI</p>
<p>Pontos de autenticação:</p> <p>Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 168.205.152.195 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/134.0.0.0 Mobile Safari/537.36 EdgA/134.0.0.0</p>
<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>EDSON APARECIDO DOS SANTOS</p> <p>Data e hora da assinatura: 07 Abril 2025, 11:24:54 Token: f39263fc-9c01-4511-accf-5f782f94161c</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Edson Aparecido Dos Santos</i></p> <p>EDSON APARECIDO DOS SANTOS</p>
<p>Pontos de autenticação:</p> <p>Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>Localização aproximada: -23.540531, -46.641971 IP: 177.22.134.24 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/135.0.0.0 Safari/537.36</p>
<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>GUILHERME BUENO DE CAMARGO</p> <p>Data e hora da assinatura: 05 Abril 2025, 11:24:33 Token: c35309c9-9b68-40cb-b09d-c1c98658394c</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Guilherme Bueno De Camargo</i></p> <p>GUILHERME BUENO DE CAMARGO</p>
<p>Pontos de autenticação:</p> <p>Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 187.26.76.97 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/135.0.0.0 Mobile Safari/537.36</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)









Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 86061c52-5236-4a52-aa51-5c19e9aef9bf, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 86061c52-5236-4a52-aa51-5c19e9aef9bf. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 09 Abril 2025, 18:37:49

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>EDSOM ORTEGA MARQUES</p> <p>Data e hora da assinatura: 08 Abril 2025, 14:38:25 Token: 71dcfab1-7b52-4c93-88cb-2b26dc456477</p>	<p>Assinatura</p> <p></p> <p>Edsom Ortega Marques</p>
<p>Pontos de autenticação:</p>	<p>IP: 177.22.143.255 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/135.0.0.0 Safari/537.36</p>
<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>ROGER WILLIANS DA FONSECA</p> <p>Data e hora da assinatura: 04 Abril 2025, 18:49:54 Token: 4e1021fd-b235-4f56-8ff5-ccea418c6e96</p>	<p>Assinatura</p> <p></p> <p>Roger Willians da Fonseca</p>
<p>Pontos de autenticação:</p>	<p>IP: 104.28.63.178 Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 18_4 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/18.4 Mobile/15E148 Safari/604.1</p>
<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>GUSTAVO GARCIA PIRES</p> <p>Data e hora da assinatura: 07 Abril 2025, 11:27:04 Token: 37785e64-469f-46d9-9e0c-46f324817c64</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Gustavo Garcia Pires</i></p> <p>Gustavo Garcia Pires</p>
<p>Pontos de autenticação:</p> <p>Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>Localização aproximada: -23.544954, -46.633176 IP: 187.0.154.90 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/134.0.0.0 Safari/537.36</p>
<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>JUAN QUIRÓS</p> <p>Data e hora da assinatura: 09 Abril 2025, 18:37:49 Token: f5c003b6-bd67-49d6-87b0-b049bac3e36b</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Juan Quirós</i></p> <p>Juan Quirós</p>
<p>Pontos de autenticação:</p> <p>Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 177.22.134.24 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/134.0.0.0 Safari/537.36</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)






Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 86061c52-5236-4a52-aa51-5c19e9aef9bf, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 86061c52-5236-4a52-aa51-5c19e9aef9bf. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 09 Abril 2025, 18:37:49

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>THIAGO DEMÉTRIO SOUZA Data e hora da assinatura: 07 Abril 2025, 10:10:52 Token: edb3f080-56b6-46b1-a2d3-4eeac325da40</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Thiago Demétrio Souza</i></p> <p>THIAGO DEMÉTRIO SOUZA</p>
<p>Pontos de autenticação: Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>Localização aproximada: -23.546570, -46.637787 IP: 201.48.193.129 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/134.0.0.0 Safari/537.36 Edg/134.0.0.0</p>
<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>ANDRÉ TOMIATTO DE OLIVEIRA Data e hora da assinatura: 08 Abril 2025, 10:28:53 Token: b040b25f-718b-4b2f-87a7-62b5dd52a832</p>	<p>Assinatura</p> <p>André Tomiatto De Oliveira</p> <p>ANDRÉ TOMIATTO DE OLIVEIRA</p>
<p>Pontos de autenticação: Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 201.48.193.129 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64; rv:137.0) Gecko/20100101 Firefox/137.0</p>
<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>CLAUDIA BICE ROMANO Data e hora da assinatura: 06 Abril 2025, 13:14:16 Token: c6c48704-692e-4827-b041-94a1dfda3784</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Claudia Bice Romano</i></p> <p>Claudia Bice Romano</p>
<p>Pontos de autenticação:</p>	<p>IP: 24.145.117.199 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Macintosh; Intel Mac OS X 10_14_6) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/14.1.2 Safari/605.1.15</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 86061c52-5236-4a52-aa51-5c19e9aef9bf, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 86061c52-5236-4a52-aa51-5c19e9aef9bf. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.